

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"

JOSÉ ELIAS PEIXOTO RODRIGUES, Brasileiro(a), Casado(a), PEDREIRO, portador(a) do CPF N. 020.524.174-35, RG sob n. 1680117, residente e domiciliado(a) n RUA SÃO JOSÉ, S/N QD 579, JARDIM VENEZA, QD 579, JOÃO PESSOA/PB, Brasil, - 58000-000, pela presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seu bastante advogado(a) e procurador(a) **VITÓRIA SANTOS DE ARAÚJO RAPOSO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na Seccional Paraíba sob número 21.931, estabelecida nesta capital na Av. D. Pedro II, nº 987, Sala 304, Ed. Lé Corrier, Centro, João Pessoa/PB - CEP: 58.013-120 (TEL: 3222-1414), a quem confere amplos poderes para o fuso em geral, com a cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA", para representar o outorgante perante instituições públicas, privadas, ou economia mista, bem como para o fuso em geral, perante qualquer Juiz, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo uma e outra, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-o, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, renunciar aos valores que ultrapassam o teto delimitador na competências dos Juizados Especiais, requerer justiça gratuita, ainda podendo realizar todo e qualquer procedimento perante o INSS, para tanto coletando informações e documentos relativos aos contratos de trabalho travados pelo outorgante, como também podendo realizar solicitações, requerimentos, agendamentos, pedidos de concessão de benefícios, podendo ainda desentranhar documentos originais de processos administrativos perante o Instituto Nacional de Seguridade Social, seja PPP, LTCAT, documentos médicos, ou quaisquer outros ainda aux siglosos, podendo também requerer e receber informações e documentos perante instituições privadas, de economia mista e públicas, em todos os âmbitos e instâncias, sejam Municipais, Estaduais ou Federal, tais como Instituto Nacional de Seguridade Social, Ministério do Trabalho, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Ministério Público do Trabalho, Ministério da Fazenda, Gifug, Prefeitura Municipal, Governo do Estado, Universidade Estadual ou Federal, o demais, como também para requerer a CNIS, Carteira PIS/PASEP podendo também diligenciar, representar, requerer, solicitar, retificar, praticando todos os atos em conjunto ou separadamente, bem como substabelecer a presente com ou sem reservas de poderes, se assim haja� convier, praticando todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandado, dando-lhe por bom, firme e valioso, dando fé da presente com ou sem reservas de

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

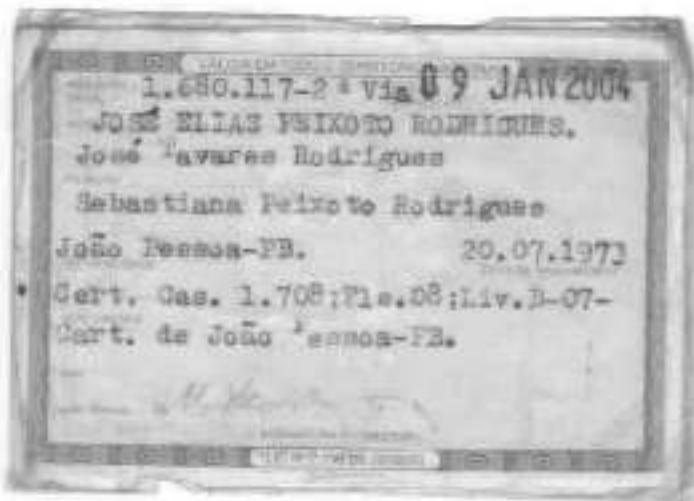
Declaro que, em razão da condição financeira, não tem condições de arcar com o pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de sua família, nos termos do art. 5º, LXXIV, da CF/88 e da Lei nº. 1.060/50. Requer ainda que o benefício abrange todos os atos do processo, na forma do artigo 9º do NCPC. Declaro, ainda, serem co-habeador (es) das sanções civis, administrativas e criminais, caso o presente documento não porte a verdade.

2020-Brasil-18-de-Dezembro-de-2019

Esé Elias Peixoto Rodrigues
INTERESSANTE/DECLARANTE: KISE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES

— 11 —
INTERGRANTE: JOSÉ ELIAS PEIXOTO RODRIGUES







DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.
Documento não é segunda-vida de conta.
Só é uso para simples pagamento da nota fiscal de energia elétrica... N° 023.635.244



ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 09.095.183 / 0001-40 Insc.Est. 16.015.823-0

DADOS DO CLIENTE

MARINALVA DA SILVA RODRIGUES
RUA SAO JOSE S/N QD 579
JOAO PESSOA

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/1310197-7

REFERÊNCIA
ABR/2019

APRESENTAÇÃO
22/04/2019

CONSUMO
0

VENCIMENTO
29/04/2019

TOTAL A PAGAR
R\$ 24,58

Acesse: www.energisa.com.br



DETALHAR AQUI

MARINALVA DA SILVA RODRIGUES

Roteiro: 09-002-424-0680
83640000000-3 24580054000-8 13101972019-5 04700002019-9



VENCIMENTO TOTAL A PAGAR MATRÍCULA
29/04/2019 R\$ 24,58 1310197-2019-04-7



Assinado eletronicamente por: VITORIA SANTOS DE ARAUJO - 25/08/2020 21:24:45
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20082521244565700000032156116>
Número do documento: 20082521244565700000032156116

Num. 33603811 - Pág. 1

CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 00293.01.2019.1.06.110

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 00293.01.2019.1.06.110, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 12:18 horas do dia 11 de dezembro de 2019, na cidade de Conde, no estado da Paraíba, e neste Delegacia do Município do Conde, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Marcos Paulo Sales de Castro, matrícula 1568841, e lavrado por Clovis Nazário de Oliveira Neto, Agente de Investigação, matrícula 1568647, ao final assinado, compareceu José Elias Peixoto Rodrigues, CPF nº 020.524.174-35, RG nº 1680117 SSP/PB, nacionalidade brasileira, estado civil casado(a), identidade de gênero masculino, profissão Pedreiro, filo(s) de Sebastião Peixoto Rodrigues e Jose Tavares Rodrigues, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 20/07/1973 (46 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(s) Rua Maria Soledade, Nº SN, bairro Jardim Veneza, tendo como ponto de referência Mercadinho Verona, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98870-5008.

Dados do(s) Fato(s):

Local: Rodovia Pb018, nº SN, Centro da Cidade, Conde/PB, bairro Centro; Tipo do Local: via fora do perímetro urbano (rodovia, estrada, etc); Data/Hora: 05/08/19 16:50h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO.

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

Relata a vítima que estava trafegando em sua motocicleta, Honda/Twister, placas: M0M2966-PB, na rodovia PB018, por volta das 16h50min, quando, no centro da cidade de Conde-PB, foi colidido por outro veículo automotor, tipo curvo, que não conseguiu identificar, e devido ao impacto, sofreu lesões e foi socorrido pelo serviço do SAMU até o Hospital de Emergência e Traumas, na capital; QUE, ficou internado e foi submetido a cirurgia no fêmur direito, conforme Prentário Médico.

Sendo o que havia a constar, cientificado(s) o(s) declarante das implicações legais constadas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expõe a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

Conde/PB, 11 de dezembro de 2019.


JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES
Noticiante


CLOVIS NAZÁRIO DE OLIVEIRA NETO
Agente de Investigação

CLOVIS NAZÁRIO NETO
Agente de Investigação
MAT. 156.864-7



Procedimento Policial: 00293.01.2019.1.06.110

1/1





SAMU
192
REGIONAL JOÃO PESSOA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA - SAME



CNPJ 08.806.754/0015-40
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA
Av. Diógenes Chaves, 1777
Ag. Fria - PB 58053-900
CEP 58053-900 - PB
Fone SAME: (83) 3218.9242; 3218.9125

DECLARAÇÃO

O SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA, inscrito sob CNPJ: 08.806.754/0015-40, atendendo o requerimento nº 912/026, DECLARA para os devidos fins, que consta em nossos registros, sob protocolo: 2521020, o atendimento pré-hospitalar realizado pela referida instituição ao paciente JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES, idade 46 anos, vítima de Acidente de Trânsito (Colisão carro x moto) no dia 05/08/2019, na PB 008, Bairro: Centro - Conde - aproximadamente às 16:50 horas, sendo o mesmo encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

João Pessoa, 11 de Dezembro de 2019.

Marina Travassos Lopes
Enfermeira - SAME
SAMU 192 Regional João Pessoa
Mat: 67574-8

Marina Travassos Lopes
Mat: 67574-8
Coordenação do SAME
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA

Rua: Diógenes Chaves, 1777 – Águas Fria – CEP: 58053-900 – João Pessoa – PB
Fone SAME: (83) 3218.9242; 3218.9125

Digitalizada com CamScanner



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA

LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE	JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES
DATA DE NASCIMENTO	20/07/73
NOME DA MÃE	SEBASTIANA PEIXOTO RODRIGUES

DADOS EXTRAÍDOS

PRONTUÁRIO N.º	117.358
BOLETIM DE ENTRADA N.º	1.181.474
DATA DO ATENDIMENTO	05/08/19
HORA DO ATENDIMENTO	17:43
MOTIVO DO ATENDIMENTO	ACIDENTE DE MOTOCICLETA
DIAGNÓSTICO (S)	FRATURA SUBTROCANTERIANA DE FÉMUR DIREITO
CID 10	S72.2

AVALIAÇÃO INICIAL

Dados extraídos do Prontuário. Paciente foi atendido neste Serviço. Vítima de acidente de motocicleta, sem perda da consciência. Abrasões nos membros superiores. Presença de fratura proximal do fêmur direito com indicação de cirurgia. Internado. Operado e evoluiu sem intercorrências.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX de bacia
RX de coxa direita

RESULTADOS DOS EXAMES:

Fratura subtrocanteriana de fêmur direito.

TRATAMENTO:

Tratamento cirúrgico de fratura subtrocanteriana do fêmur direito.

ALTA HOSPITALAR:	11/08/19
DATA DA EMISSÃO:	12/12/19

Dr. José de Almeida Braga
CRM: 2529/PB

ATENÇÃO: Este documento descreve-se à comprovação de atendimento hospitalar para: FMI, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.





Identificação do paciente				
ID 1427310	Nome JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES			Sexo Masculino
Data de nascimento 22/07/1973	Idade 48 anos 16 dias	Estado civil	Religião	Promovido
Nome SEBASTIANA PEIXOTO RODRIGUES			Pai JOSE TAVARES RODRIGUES	
Endereço			Responsável (Pai/mãe/criado) O MESMO - O MESMO(A)	
DDD Celular: 81	Celular 888705008			DDD Telefone
Nome documento RG (IDENTIDADE)	Número documento 1680117			Nº Ons
Local de atendimento: CONDE				Tipo MUNICÍPIO
Email	Nome洗机 JOAO PESSOA			UF PB
Endereço				
CEP 58034038	Município de nascimento JOAO PESSOA	UF PB	Endereço MARIA SOLIDADE SILVA	
Número: 89	Complemento		Bairro JARDIM VILAIZA	
Admissão				
Data e Hora 02/08/2019 17:43:06	Número do paciente 100007276070	Corrida 808		
Especialidade CIRURGIA GERAL	Cidade			
Classificação do risco				Origem do paciente PUB
Caráter de atendimento	Motivo do atendimento ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Detalhe do atendimento VEICULO X MOTO		
Indicadores e Transporte				
Coce-praticado Não	Plano de saúde Não	Via de ambulância Não	Trauma Não	
Via de transporte GARDA				Quem transportou
Sinais Vitais				
P.A. X	rrmHg	P脉搏 76	Temperatura 37	
Exames complementares				
Raios X []	Banho []	Urina []	TC []	Uro []
Raios X [] Referência: Fazente sente dor abdominal, referida dor em 21D, com intensidade alto corr. Jel				
Ecografia			G1	
Assinado por: PATRÍCIA ELIZELIA RODRIGUES MARCAL			Término 16h08	

[Imprimir](#)





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA,
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGENCIA
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA



FICHA DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR

NATUREZA & SOCIEDADE

<input checked="" type="checkbox"/> CLÍNICO <input type="checkbox"/> PSICIATRICO <input type="checkbox"/> GINECO OBSTÉTRICO Motivo: <i>Colisão carro x moto</i>	<input checked="" type="checkbox"/> TRANSFERÊNCIA Hospital de Origem: _____ Responsável: _____ Hospital de Destino: _____ Responsável: _____
INCASAS EXTERNAS <input type="checkbox"/> Atropelo de Trânsito <input checked="" type="checkbox"/> Colisão carro x moto <input type="checkbox"/> Queda de escada <input type="checkbox"/> Arrombamento <input type="checkbox"/> Urticária carro x carro <input type="checkbox"/> Capotamento <input type="checkbox"/> Outro: _____	ANTECEDENTES <input type="checkbox"/> Altos <input type="checkbox"/> Alcool/Bebida <input type="checkbox"/> AVC <input type="checkbox"/> Convulsões <input type="checkbox"/> Diabetes <input type="checkbox"/> Doença Cardíaca <input type="checkbox"/> Doença Infecto-contagiosa <input type="checkbox"/> Doença Mental <input type="checkbox"/> Doença Renal <input type="checkbox"/> Doença <input type="checkbox"/> Hipertensão Arterial <input type="checkbox"/> Inflamações Amigdáreas <input type="checkbox"/> Problemas Respiratórios <input type="checkbox"/> Medicamento de uso Contínuo
UFAS <input type="checkbox"/> FAS <input type="checkbox"/> Agressão Física <input type="checkbox"/> Abandono <input type="checkbox"/> Queda - Altura aproximada: _____ <input type="checkbox"/> Intoxicação / Desorientamento <input type="checkbox"/> Choque Elétrico <input type="checkbox"/> Outros: _____	Quais? _____
1. DADOS VITAIS Peso: _____ Altura: _____ Térmica: _____ Pressão: _____ Saturação: _____ <i>Colisão carro x moto</i>	

1. באנדרואיד

FC: 54 FR: 14 HGT: 4'11" SP02: 1002 CH: 1 BOD: 1001

EXAME CLÍNICO (SINTOMAS, GUÍAS) – EVOLUÇÃO PATOLÓGICA DA PESSOA

SISTEMATIZAÇÃO ASSISTÊNCIA EM ENFERMAGEM

DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM
Departamento de Enfermagem: Tratamento de Trauma - 2009
Intervenções: 100%

THE BOSTONIAN

Excellente et tempore.

ORIENTAÇÃO DA REUNIÃO MÉDICA

19 de outubro de 1940, I. Valdés Tamayo, 90





AREA VERMELHA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 55031090

Tel:

CNES: 6121221

Padrona	Nome	RAE	Data/Hora Entrada	Data Saída
JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES		1181474	05/08/2019 17:43:06	
Data de nascimento	Idade	Sexo	CNS	Telefone de Contato
20/07/1971	48a 188	Masculino		(83) 98745306
Nome				Print. 400
SEBASTIANA PEIXOTO RODRIGUES				
Endereço				
MARIA SOLIDADE SILVA, SN		Bairro	Município	UII
Adjunto		JARDIM VENEZA	JOAO PESSOA	PB
VEICULO K MOTO	Motivo	Profissional	NP Cons. Regional	
Detalhamento Caso/Razão	ACIDENTE DE MOTOCICLETA	LEONARDO SOARES DE LIMA	2170PB	
05/08/2019 17:43:06		Data/Hora Prescrição	05/08/2019 18:10:00	

ANAMNESE

PAT: FTE (ALCOOLIZADO) VITIMA DE COLISÃO CARRO x MOTO, SEM PERDA DA CONSCIÊNCIA, FEVEREIRO ABRIL NOS MESES SUPERIORES E UMA PROVÁVEL FRACTURA NO FÉMUR DIREITO (TRAUMATISMO ISOLADO). NEGA ALERGIA A MEDICAMENTOS. CONDUTA: 1. RADIOGRAFIAS DE BACIA / COXA D; 2. PRECER DA ORTOPEDIA.

MEDICAÇÃO

SOLUÇÃO DE RINGER LACTATO SISTEMA FECHADO (FRASCO 500ML), ADMINISTRAR 500,0 ML VIA E.V., AGORA, DURANTE 24 HORA(s).

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 1000ML), ADMINISTRAR 100,0 ML VIA E.V., AGORA.

Diluir:

CETOPROFENO 100 MG (FRASCO/AMPOLA), DILUIR 100,0 MG

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% - (AMPOLA 10ML), ADMINISTRAR 10,0 ML VIA E.V., AGORA.

Diluir:

DIPIRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML), DILUIR 2,0 ML

EXAME DE IMAGEM

RADIOGRAFIA DE BACIA

RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO COXO-FEMORAL DIREITA

10

M79.8 - Dor em membro

Conduta

Em observação

Dr. Leonardo Soares de Lima
CIRURGIA-GENITAL/REPRODUTIVA
CRM 2170PB

JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES

LEONARDO SOARES DE LIMA
(2170PB)

Boletim registrado por: FATIMA EUZELIA RODRIGUES MARCIAL em 05/08/2019 17:44:11





**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**
Senador Henrique Laurentino

AV. CRESTES LISBORA, 96 - PEDRO BONFIM
CEP: 44530-700 - TEL: 8332166700



**SEGUE
o trabalho**

Impresso por: JOAO
BARTOLOMEU PINTO
RABELO
Em: 06/08/2019 08:51:40

Nome JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES		Boletim de Atendimento 1181474	Data/Hora Entrada 06/08/2019 17:43:56	Data/Hora Saída
Data de nascimento 20/07/1973	Idade 46	Sexo Masculino	CNS	Prontuário 117336
Tempo de Internação 10h 40min		Convenio SUS		Período NOTURNO
Data de Entrada 06/08/2019 17:43:56	Data Internação 06/08/2019 20:11:42	Permanência na Unidade: 12h 06min		Permanência no Leito: 10h 40min

Evolução médica (JOAO BARTOLOMEU PINTO RABELO - 06/08/2019 08:51:27)

Evolução

Procedimento:

Descrição da evolução:

PACIENTE EVOLUINDO ESTÁVEL, SEM QUIEXAS, EXAMES DE LABORATÓRIO OK, AGUARDA RISCO CIRÚRGICO.

Seção: ÁREA LARANJA - UDC B - Letra: MERTO - 002
Profissional responsável pela informação: JOAO BARTOLOMEU PINTO RABELO

Número Consulta: 4510

Digitalizada com CamScanner





RELATÓRIO DE CIRURGIA

NOME: JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES BE/PRONTUÁRIO 1181474
 IDADE: 46 SEXO: M COR: DATA: 8/8/2019
 CLÍNICA /SETOR: ORTOPEDIA FMP: LR:
 CIRURGIA: TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA SUBTROCANTERIANA DIREITA
 CIRURGIÃO: DR JACQUES 1º ASS: DR MILTON BARBOSA
 2º ASS: MR1 JANSEN 3º ASS:
 INSTRUMENTADOR:
 TIPO DE ANESTESIA: RAQUIANESTESIA HORÁRIO INÍCIO: TÉRMINO:

DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO		CÓDIGO
FRATURA SUBTROCANTERIANA DO FEMUR DIREITO		

PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS		CÓDIGO
FRATURA SUBTROCANTERIANA DO FEMUR DIREITO		

ACIDENTE DURANTE ATO CIRÚRGICO:

Descrição:

Biópsia de Congelação:

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE APÓS ATO CIRÚRGICO:

ENFERMARIA TERAPIA INTENSIVA
 RESIDÊNCIA ÓBITO DURANTE ATO CIRÚRGICO

Dr. Milton Barbosa
 CRM-PB 8522 / CRM-PI 7337
 TECT15203
 Ortopedia/Traumatologia



Digitalizada com CamScanner





RELATÓRIO DE CIRURGIA



Posição e Preparo: PACIENTE EM DDH SOB ANESTESIA EM MESA DE TRAÇÃO ASSEPSIA E ANTISSEPSIA +ANTIBIOTICOPROFILAXIA APOSIÇÃO DE CAMPOS CIRÚRGICOS	
Incisão: INCISÃO LONGITUDINAL EM FACE LATERAL PROXIMAL DE COXA DIREITA AVULSAO E DISSECCAO POR PLANOS ANATOMICOS CUIDADOS DE HEMOSTASIA	
Achados: FRATURA SUBTROCANTERIANA DO FEMUR DIREITO	
Conduta: IDENTIFICAÇÃO DA FX SOB FLUOROSCOPIA PASSAGEM DE FIO KC COMO GUIA NO COLO FEMORAL FRESAGEM DO COLO FEMORAL COLOCAÇÃO DE PINO DESLIZANTE N°50 FIXAÇÃO COM PLACA DCS 95 DE 12 FUROS COM 4 PARAFUSOS CORTICais	
LIMPEZA COM SF REVISÃO DE HEMOSTASIA	
Fechamento: SUTURA POR PLANOS CURATIVOS ESTÉREIS RX DE CONTROLE	
Observação: PROCEDIMENTO REALIZADO COM AUXÍLIO DE FLUOROSCOPIA	

Dr. M. Antônio P. P. de Souza
CRM/PR 6.131 - 1993
Técn. 14203
Ortopedista/Reumatologista

Digitalizada com CamScanner



100

José Oscar Piedras Rodríguez

~~Robert~~
John

2019 RELEASE

卷之三

ANSWER

EDS STUDENTS EDUCATION

NAME _____
GRADE _____
MATERIALS _____



SUS Sistema Único de Saúde Ministério da Saúde			LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇA DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)			Anexo II Folha 1/2
Identificação do Estabelecimento de Saúde 1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE <i>HOSPITAL</i>			2 - CNES <i>005342</i>			
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXISTENTE <i>HOSPITAL</i>			4 - CNEN <i>005342</i>			
Identificação do Paciente 5 - NOME DO PACIENTE <i>Jonilma Ribeiro Motaque</i>			6 - NÚMERO DO DOCUMENTO <i>118143</i>			
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS) <i>00000000000000000000000000000000</i>			8 - DATA DE NASCIMENTO <i>20/09/1943</i>			9 - SEXO <i>1</i>
10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL <i>Leopoldina Cinatti Ribeiro</i>			11 - TÍTULO DE COMPROVANTE <i>RG</i>			
12 - ENDERECO (UF, M, BAIRRO) <i>Rua das Flores, 123, Centro, Rio de Janeiro</i>			13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA <i>Rio de Janeiro</i>			14 - CÓD. MUN. MUNICÍPIO <i>10 - RJ</i>
15 - CÓD. MUN. MUNICÍPIO <i>10 - RJ</i>			16 - CÓD. MUN. MUNICÍPIO <i>10 - RJ</i>			
17 - NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)						
MUDANÇA DE PROCEDIMENTO						
18 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR			19 - CÓD. DO PROCEDIMENTO - ANTERIOR			
20 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA			21 - CÓD. DO PROCEDIMENTO - MUDANÇA			
22 - PROBLEMA NO MUL			23 - CID 10 PRINCIPAL			24 - CID 10 SECUNDÁRIO
25 - CID 10 TERCERÁRIO			26 - CID 10 QUARTERÁRIO			27 - CID 10 QUINTA-SECUNDÁRIO
BOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)						
28 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL			29 - CÓD. DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL			
30 - ATO DE AGO DE CÁRIO DE LITÍGIO CÁRIO DE ACCOMPANHANTE <input type="checkbox"/> CÁRIO DE ACCOMPANHANTE <input type="checkbox"/> CÁRIO DE LITÍGIO			<input type="checkbox"/> CÁRIO DE LITÍGIO			<input type="checkbox"/> CÁRIO DE LITÍGIO
31 - CÓD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL			32 - CÓD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL			33 - CÓD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL
34 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL			35 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL			36 - CÓD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL
38 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO						
<i>OS fui levado a 105</i>						
PROFISSIONAL SOLICITANTE						
39 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE			40 - NOME DA ORGANIZAÇÃO SOLICITANTE			
41 - DOCUMENTO			42 - N° DOCUMENTO (CHAVEP) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE			43 - ASSINATURA E CARIMBO DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
<i>10HS - 1 - CPF</i>			<i>42 - N° DOCUMENTO (CHAVEP) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE</i>			<i>Assinatura e Carimbo do Profissional Solicitante</i> <i>08/08/2020</i> <i>08/08/2020</i> <i>08/08/2020</i>
AUTORIZAÇÃO						
44 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR			45 - CÓD. CHAVE DO AUTORIZADOR			46 - DATA DA AUTORIZAÇÃO
47 - DOCUMENTO			48 - N° DOCUMENTO (CHAVEP) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE			49 - ASSINATURA E CARIMBO NO REGISTRO DO CONSELHO
<i>10HS - 1 - CPF</i>			<i>48 - N° DOCUMENTO (CHAVEP) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE</i>			<i>Assinatura e Carimbo no Registro do Conselho</i> <i>08/08/2020</i>

Digitalizada com CamScanner





RELATÓRIO DE CIRURGIA



NOME: JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES BE/PRONTUÁRIO 1181474
IDADE: 56 SEXO: MASC COR: DATA: 7/8/2019
CLÍNICA /SETOR: ORTOPEDIA EMP: LR:
CIRURGIA: TTO CIRÚRGICO DE FRATURA SUBTROCANTERICA DE FEMUR DIREITO

CIRURGIA: DR. HEISEMBERG 1º ASS: MR2 DANIEL
2º ASS: 3º ASS:
INSTRUMENTADOR:
TIPO DE ANESTESIA: SEDAÇÃO HORÁRIO INÍCIO: TÉRMINO:

FRATURA SUBTROCANTERICA DE FEMUR DIREITO	

TRAÇÃO TRANSTIBIAL DIREITA	

ACIDENTE DURANTE ATO CIRÚRGICO:

DESCRICAÇÃO:

BIÓPSIA DE CONGLOMAÇÃO:

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE APÓS ATO CIRÚRGICO:

 ENFERMARIA
 RESIDÊNCIA

TERAPIA INTENSIVA

ÓBITO DURANTE ATO CIRÚRGICO

MÉDICO/CRM: DATA: 7/8/2019

Daniela
Enfermeira
Terapeuta
Oncologista
CRM 1194

Digitalizada com CamScanner





RELATÓRIO DE CIRURGIA

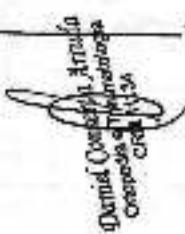


HEMISPI

Posição e Preparo:	
PACIENTE EM DDH SOB ANESTESIA	
ASSEPSIA E ANTISSEPSIA	
APOSITION DE CAMPOS CIRÚRGICOS	
Incisão:	
PERCUTANEA	
Achados:	
FRATURA SUBTROCANTERICA DE FEMUR DIREITO	

Conduta:	
REALIZADO BÔTÃO ANESTESICO LATERAL E MEDIAL NA LOCALIZAÇÃO DO TRAJETO DO FIO DE K	
PASSAGEM DE FIO DE K 4,5 TRANSTIBIAL EM PERNAS DIREITA	
LMC SF 0,9%	
CURATIVOS ESTEREIS	
Teчamento:	
TRAÇÃO COM 5 KG DE PESO	
RX CONTROLE	
Observação:	

Médico/CRM: _____ João Pessoa, 7/8/2019



Digitalizada com CamScanner

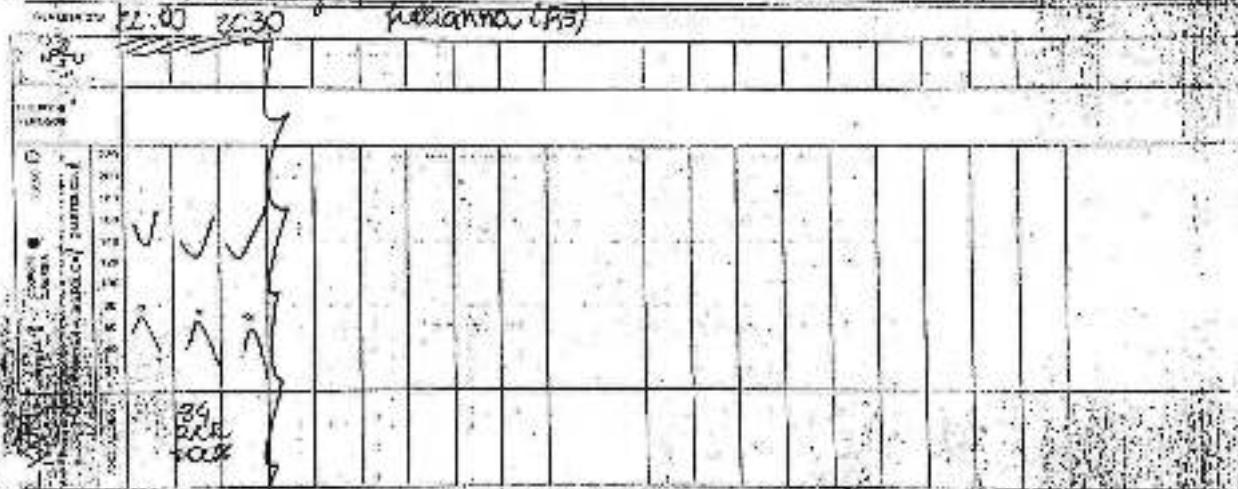


FICHA DE ANESTESIA

DATA: 09/08/19

PRONTUÁRIO: 1182474

PACIENTE: <i>Victor Elias Pacheco</i>	SEXO: M	EDADE: 45	
PRESSÃO ARTERIAL: 110/70	RESPIRAÇÃO: <i>regular</i>	TEMPERATURA: 36,5° C	POSIÇÃO: <i>sentado</i>
ESTADO GERAL: <i>ÓTIMO</i>	REGULAR	IMAGEM: <i>impressa</i>	GRUPO SANGUÍNEO: <i>AB</i>
EXAMES COMPLEMENTARES: <i>VPM</i>	IMAGENS: <i>regular</i>	ECG: <i>regular</i>	POSSIBILIDADES: <i>nenhuma</i>
AP. RESPIRATÓRIO: <i>regular</i>		AP. CIRCULATÓRIO: ~	
EXPORTE INTRAVENOSO: <i>500 ml</i>	ESTADO MENTAL: <i>consciente/orientado</i>	PROGATIVA: <i>VPM</i>	ESTADO MUSCULAR: <i>TC</i>
COMPLAINTAS: <i>nao</i>			
INDICAÇÃO: <i>ACALPAC OPERATÓRIO</i> FRATURA DE TÍBIA (D)			
ANESTESIA REALIZADA: TRACÃO TRANSOSSEOLIGÁTICA EM MCN		CIRURGIA: HEINSENDORG	
VALOR DA ANESTESIA: <i>22,00</i>	AUXILIARES: <i>anestesista (1)</i>	FORMA DA ANESTESIA: <i>22,30</i>	DEGRADÃO DA ANESTESIA: <i>0</i>
VALOR DO PROCEDIMENTO: <i>0</i>	QUANT. DE FLU: <i>0</i>	VALORES IR: <i>0</i>	VALORES IR: <i>0</i>
ANESTESISTA: <i>Guterlberg</i>	CRM: <i>000000000000000000</i>	CRM-SP: <i>000000000000000000</i>	
ANESTESIA: <i>22,00</i>	DATA: <i>20/08/2019</i>	ANESTESIA: <i>22,30</i>	DATA: <i>20/08/2019</i>
ANESTESIA: <i>22,00</i>	DATA: <i>20/08/2019</i>	ANESTESIA: <i>22,30</i>	DATA: <i>20/08/2019</i>



CREATININA
UREIA
GLUCOSE
IONOGRAMA

CID10

S72.2 - Fratura subtrocanterica

Conduta

Internar Paciente

Dr Francisco Freitas
Medico
CRM RB 9603
CNS 703404579057800

FRANCISCO DE SOUSA FREITAS
(CRM: 9603)

JOSE ELIAS PEDROSO RODRIGUES

Boletim registrado por: FATIMA EUZELIA RODRIGUES MARCAL em 05/08/2019 17:44:11

Digitalizada com CamScanner



Assinado eletronicamente por: VITORIA SANTOS DE ARAUJO - 25/08/2020 21:24:47
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20082521244703600000032156122>
Número do documento: 20082521244703600000032156122

Num. 33603817 - Pág. 8



Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 07 de Julho de 2020

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3200096909 Vítima: JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES

Data do Acidente: 05/08/2019 Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEPIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a). JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Foi verificado que o(a) senhor(a) é proprietário(a) do veículo envolvido no acidente e, por não ter efetuado o pagamento do prêmio do Seguro DPVAT até o vencimento, não terá direito à indenização, conforme Resolução CNSP nº 332, de 2015.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

BAG 01308/01310 - carta 11 - INVAL IDEZ



Assinado eletronicamente por: VITORIA SANTOS DE ARAUJO - 25/08/2020 21:24:47
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20082521244779100000032156123>
Número do documento: 20082521244779100000032156123

Num. 33603818 - Pág. 1



**Poder Judiciário da Paraíba
14ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0842538-82.2020.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

A parte autora requereu a justiça gratuita de forma genérica, sem mencionar de maneira mais circunstanciada sua impossibilidade de recolher, senão o todo, ao menos parte das despesas processuais iniciais e ainda sem colacionar aos autos qualquer documento atual que se preste a amparar o pedido.

A regra geral é que a parte deva arcar com as despesas das atividades processuais, antecipando o respectivo pagamento, à medida que o processo é impulsionado, ressalvando-se a pessoa física ou jurídica, sem suficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios (art. 98, CPC).

Pois bem, sobre a matéria, dispõe o CPC/2015:

“Art. 99 (...)



§3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.”

Contudo, o §2º do mesmo artigo, dispõe:

“§2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.”

Ora, ao conjugar as duas regras acima, tem-se que apenas o fato de o autor ser pessoa física, por si só, não induz à presunção absoluta de sua miserabilidade financeira alegada.

Assim, conclui-se que, conforme o grau de necessidade, a assistência judiciária gratuita poderá ser total ou parcial, podendo inclusive ser concedida em relação apenas a alguns atos do processo.

Prevê ainda o novo CPC a possibilidade de redução percentual das despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento (art. 98, § 5º), bem como o parcelamento dessas despesas (art. 98, § 6º).

Sendo assim, a fim de subsidiar uma análise mais abalizada do perfil financeiro do requerente, impõe-se que outros elementos demonstrativos sejam trazidos ao processo.

Por outro lado, constato que o comprovante de residência juntado ao Id. 33603811 não foi emitido em nome do promovente, mas sim de um terceiro.



Ante o exposto, **intime-se** o demandante, em 15 dias, para:

- a) Comprovar cabalmente sua impossibilidade financeira para arcar com as custas processuais, por meio da juntada da última declaração de IRPF, extratos de conta corrente dos últimos três meses, contracheques ou extratos de aposentadoria atuais, sob pena de indeferimento da gratuidade pleiteada.
- b) Comprovar seu vínculo factual, ou mesmo jurídico, com o endereço anexado ao Id. nº33603811, ou juntar comprovante de residência dos últimos três meses emitido em seu nome, sob pena de indeferimento da inicial.

João Pessoa – PB, data da assinatura digital.

Alexandre Targino Gomes Falcão

Juiz de Direito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

COMARCA DE JOÃO PESSOA

Juízo do(a) 14^a Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Nº	DO	PROCESSO:	PROCEDIMENTO	0842538-82.2020.8.15.2001
CLASSE	DO	PROCESSO:	PROCEDIMENTO	COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Acidente de Trânsito]				

AUTOR: JOSE ELIAS PEIXOTO **RODRIGUES**
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

INTIMAÇÃO

De ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara, INTIMO o(s) advogado(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da decisão adiante transcrita e, no prazo legal, apresentar manifestação. João Pessoa, 26 de agosto de 2020.

Laura Lucena de Almeida Pessoa Pereira - Analista Judiciária

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0842538-82.2020.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

A parte autora requereu a justiça gratuita de forma genérica, sem mencionar de maneira mais circunstanciada sua impossibilidade de recolher, senão o todo, ao menos parte das despesas processuais iniciais e ainda sem



colacionar aos autos qualquer documento atual que se preste a amparar o pedido.

A regra geral é que a parte deva arcar com as despesas das atividades processuais, antecipando o respectivo pagamento, à medida que o processo é impulsionado, ressalvando-se a pessoa física ou jurídica, sem suficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios (art. 98, CPC).

Pois bem, sobre a matéria, dispõe o CPC/2015:

“Art. 99 (...)

§3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.”

Contudo, o §2º do mesmo artigo, dispõe:

“§2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.”

Ora, ao conjugar as duas regras acima, tem-se que apenas o fato de o autor ser pessoa física, por si só, não induz à presunção absoluta de sua miserabilidade financeira alegada.

Assim, conclui-se que, conforme o grau de necessidade, a assistência judiciária gratuita poderá ser total ou parcial, podendo inclusive ser concedida em relação apenas a alguns atos do processo.

Prevê ainda o novo CPC a possibilidade de redução percentual das despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do



procedimento (art. 98, § 5º), bem como o parcelamento dessas despesas (art. 98, § 6º).

Sendo assim, a fim de subsidiar uma análise mais abalizada do perfil financeiro do requerente, impõe-se que outros elementos demonstrativos sejam trazidos ao processo.

Por outro lado, constato que o comprovante de residência juntado ao Id. 33603811 não foi emitido em nome do promovente, mas sim de um terceiro.

Ante o exposto, **intime-se** o demandante, em 15 dias, para:

- a) Comprovar cabalmente sua impossibilidade financeira para arcar com as custas processuais, por meio da juntada da última declaração de IRPF, extratos de conta corrente dos últimos três meses, contracheques ou extratos de aposentadoria atuais, sob pena de indeferimento da gratuidade pleiteada.
- b) Comprovar seu vínculo factual, ou mesmo jurídico, com o endereço anexado ao Id. nº33603811, ou juntar comprovante de residência dos últimos três meses emitido em seu nome, sob pena de indeferimento da inicial.

João Pessoa – PB, data da assinatura digital.

Alexandre Targino Gomes Falcão

Juiz de Direito



PETIÇÃO NOS AUTOS - COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIENCIA E PEDIDO DE DEFERIMENTO DA JG EM ANEXO.



Assinado eletronicamente por: VITORIA SANTOS DE ARAUJO - 18/09/2020 11:46:52
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091811464691400000032971932>
Número do documento: 20091811464691400000032971932

Num. 34481356 - Pág. 1

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 14ª
VARA CÍVEL DA CAPITAL/PB.**

Processo nº **0842538-82.2020.8.15.2001**

JOSÉ ELIAS PEIXOTO RODRIGUES, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, que move em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, por meio de sua patrona legalmente habilitada, vem à presença de Vossa Excelência informar e requer o quanto segue:

MM Juiz, a parte autora foi intimada para comprovar nos autos a sua situação de hipossuficiência, bem como, fazer a juntada de cópias de sua CTPS, extratos bancários dos últimos três meses, extratos da fatura de cartão de crédito dos últimos três meses e ainda de cópias dos 03 (três) últimas declarações do imposto de renda, fornecendo-lhe ainda, a opção de parcelar as custas e despesas processuais, na forma facultada pelo artigo 98,§ 6º do CPC.

Primeiramente, segue em anexo simulação do valor das custas processuais emitidas pelo próprio sistema do Tribunal de Justiça da Paraíba, que satisfaz a quantia – exorbitante, diga-se de passagem – de R\$ 1.232,62 (mil duzentos e trinta e dois reais e sessenta e dois centavos), e mesmo assim, tal valor não comporta parcelamento, conforme se verifica abaixo, vejamos:

Av. Dom Pedro II, nº. 987, Sala 304, Ed. Lé Cartier, Centro, João Pessoa/PB - CEP 58013-420
(83) 3222-1414 | 98611-5559 | www.vitoriasantos.adv.br | [contato@vitoriasantos.adv.br](mailto: contato@vitoriasantos.adv.br)



Guia de Custas - 200.2020.647030

Detalhes Gerais				
Item da Guia	Processo	Data de Emissao	Data de vencimento	Situação
Guia de Custas	0001234567890123456789	31/08/2020	31/08/2020	Pagamento
Informações Específicas				
Fazenda Pública e Detinente:				
000				
0 Houve alteração em relação ao valor constante no valor da Guia ou constante no documento de Juiz. Caso não haja, pode, no entanto, existir uma alteração no valor da Guia de Custo.				
Detalhamento das Valores				
Itens	Valor Total	Descrição	Valor Total	
Guia-Abertura T1 (00)	000.000,00 (000,00)		000.000,00 (000,00)	
Total	000.000,00 (000,00)		000.000,00 (000,00)	
Total	000.000,00 (000,00)		000.000,00 (000,00)	

Douto Julgador cumpre esclarecer que o promovente não possui condições de arcar com o pagamento das custas, sem o comprometimento da sua manutenção, bem como de sua família, à medida que este tem sobrevivido de Benefício Previdenciário, conforme se comprova mediante os documentos que ora colacionamos.

DA VÍNCULAÇÃO JURÍDICA AO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS

MM Juiz, em atendimento a determinação contida na segunda parte do despacho, quanto a comprovação da vinculação jurídica do autor ao comprovante de endereço constante dos autos, a parte autora informa, tratar-se a pessoa titular do comprovante de residência apresentado nos autos de sua esposa, fato que pode ser atestado mediante a certidão de casamento que ora colacionamos.

DO DIREITO AO ACESSO A JUSTIÇA: ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

A parte autora não possui condições de arcar com as despesas processuais da presente demanda sem o prejuízo em seu sustento e de sua família. Por este motivo, requer que sejam concedidos os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, com fulcro

Av. Dom Pedro II, nº. 987, Sala 304, Ed. Lé Cartier, Centro, João Pessoa/PB - CEP 58013-420
(83) 3222-1414 | 98611-5559 | www.vitoriasantos.adv.br | [contato@vitoriasantos.adv.br](mailto: contato@vitoriasantos.adv.br)



no artigo 98, do Código de Processo Civil, eis que a própria requerente, em declaração constante dos autos, já postula tal benefício.

Invocando-se o princípio isonômico, conclui-se que, qualquer pessoa, física ou jurídica, brasileira ou não, residente no Brasil ou não, é beneficiária da Justiça Gratuita, nos termos da Lei Federal nº 1.050/60, mais especificamente em seu art. 2º.:

"Gozarão dos benefícios desta Lei os nacionais ou estrangeiros residentes no País, que necessitarem recorrer à justiça penal, civil, militar ou do trabalho.

Parágrafo único. Considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família".

Através da presente Lei Federal, estabelece-se a isenção ao necessitado, de custas, despesas processuais, bem como de honorários advocatícios. Desta forma, permite o Estado que qualquer do povo, por mais necessitado que seja, tenha acesso ao Poder Judiciário, podendo, desta maneira, exercer direitos conceituados como fundamentais, permitindo, pois, a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Necessitado, nos termos da lei é "todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar às custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família". Portanto, o necessitado poderá ser tanto a pessoa física como jurídica que se encontre em dificuldade financeira, como é bem o caso em tela.

O instituto da gratuidade de acesso à Justiça tem o condão maior de tornar acessível a máquina judiciária daqueles que precisam. Certo seria que a mínima condição teria esta autora de pleitear o direito aqui discutido, se não fosse a concessão do benefício da Justiça Gratuita.

Diante do exposto, fica mais do que provado que a autora é pobre na forma da Lei, restando patente a dificuldade financeira da parte autora que encontra-se desempregada e sem renda, fato que a impede de efetuar o pagamento das custas processuais sem que haja prejuízo do seu sustento, devendo ser beneficiária dos benefícios da Justiça Gratuita na sua plenitude e, como consequência, requer dê-se prosseguimento ao feito como já requerido.

Av. Dom Pedro II, nº. 987, Sala 304, Ed. Lé Cartier, Centro, João Pessoa/PB - CEP 58013-420
(83) 3222-1414 | 98611-5559 | www.vitoriasantos.adv.br | [contato@vitoriasantos.adv.br](mailto: contato@vitoriasantos.adv.br)





Termos em que,
Pede deferimento.

João Pessoa/PB, 18 de setembro de 2020.

VITORIA SANTOS DE ARAUJO RAPOSO

OAB/PB 21.931

Av. Dom Pedro II, nº. 987, Sala 304, Ed. Lé Cartier, Centro, João Pessoa/PB - CEP 58013-420
(83) 3222-1414 | 98611-5559 | www.vitoriasantos.adv.br | [contato@vitoriasantos.adv.br](mailto: contato@vitoriasantos.adv.br)



Assinado eletronicamente por: VITORIA SANTOS DE ARAUJO - 18/09/2020 11:46:53
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091811465272300000032971938>
Número do documento: 20091811465272300000032971938

Num. 34481363 - Pág. 4

Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98				Número do boleto: 200.1.20.47030/01
				Data de emissão: 01/09/2020
Nº do Processo: 0842538-82.2020.815.2001	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/09/2020	
Número da 200.2020.647030 Detalhamento - Custas Processuais: R\$ 1.035,60 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35		Tipo da Custas Iniciais	UFR vigente: R\$ 51,78	
		Promovente VITORIA SANTOS DE ARAUJO; JOSE ELIAS PEIXOTO	Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6	
		Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO	Parcela: 1/1	
		Valor da causa: R\$ 13.500,00	Valor total: R\$ 1.239,45	
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.				Desconto total: R\$ 0,00
866000000129 394509283187 520200930201 012047030015				Valor final: R\$ 1.239,45
 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98				Número do boleto: 200.1.20.47030/01
				Data de emissão: 01/09/2020
Nº do Processo: 0842538-82.2020.815.2001	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/09/2020	
Número da 200.2020.647030 Detalhamento - Custas Processuais: R\$ 1.035,60 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35		Tipo de Custas Iniciais	UFR vigente: R\$ 51,78	
		Promovente VITORIA SANTOS DE ARAUJO; JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES;	Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6	
		Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.;	Parcela: 1/1	
		Valor da causa: R\$ 13.500,00	Valor total: R\$ 1.239,45	
			Desconto total: R\$ 0,00	
			Valor final: R\$ 1.239,45	

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98				Número do boleto: 200.1.20.47030/01
				Data de emissão: 01/09/2020
Nº do Processo: 0842538-82.2020.815.2001	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/09/2020	
Número da 200.2020.647030 Detalhamento - Custas Processuais: R\$ 1.035,60 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35		Tipo de Custas Iniciais	UFR vigente: R\$ 51,78	
		Promovente VITORIA SANTOS DE ARAUJO; JOSE ELIAS PEIXOTO	Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6	
		Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO	Parcela: 1/1	
		Valor da causa: R\$ 13.500,00	Valor total: R\$ 1.239,45	
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.				Desconto total: R\$ 0,00
866000000129 394509283187 520200930201 012047030015				Valor final: R\$ 1.239,45



Regime Geral de Previdência Social - RGPS

Dados Cadastrais

NIT: 1279185644-9

CPF: 020.524.174-35

Nome: JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES

Data de Nascimento: 20/07/1973

Nome da Mãe: SEBASTIANA PEIXOTO RODRIGUES

Data de cadastramento: 15/05/2003

Consulta de Extrato Previdenciário

SEQ.	VÍNCULOS	PERÍODO
001	<u>Beneficiário Previdência Social</u>	09/04/2020 a 00/00/0000
002	<u>RESIDENCIAL ILHA DE RHODES INCORPORADORA SPF LTDA</u>	01/07/2014 a 01/08/2014
003	<u>BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ALIMENTOS LTDA</u>	01/02/2013 a 31/05/2013
004	<u>XS CONSTRUÇÕES LTDA</u>	02/01/2012 a 09/04/2012
005	<u>T.C ENGENHARIA LTDA</u>	16/08/2010 a 09/12/2010
006	<u>MARCIANO EDIFICAÇÕES LTDA</u>	15/10/2009 a 01/02/2010
007	<u>LUSA ENGENHARIA LTDA</u>	02/04/2007 a 00/00/0000
008	<u>JOÃO VIEIRAS DA CUNHA GOUVEIA</u>	02/05/2003 a 00/00/0000





88%

4:34 PM



INTERNET BANKING



SAIR

NIT: 1279185644-9

CPF: 020.524.174-35

Nome: JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES

Data de
Nascimento: 20/07/1973Nome da
Mãe: SEBASTIANA PEIXOTO
RODRIGUESData de
cadastramento: 15/05/2003**Consulta de Extrato Previdenciário****SEQ. VÍNCULOS****PERÍODO**001 Benefício da Previdência Social02/04/2020 a
00/00/0000



88%

4:35 PM



INTERNET BANKING



SAIR

SEQ. VÍNCULOS

PERÍODO

001	<u>Benefício da Previdência Social</u>	02/04/2020 a 00/00/0000
-----	--	----------------------------

002	<u>RESIDENCIAL ILHA DE RHODES</u> <u>INCORPORADORA SPE LTDA</u>	01/07/2014 a 01/08/2014
-----	--	----------------------------

003	<u>DMAIS IMPORTACAO E</u> <u>EXPORTACAO DE ALIMENTOS</u> <u>LTD</u> A	01/02/2013 a 31/05/2013
-----	---	----------------------------

004	<u>X5 CONSTRUCOES LTDA</u>	02/01/2012 a 09/04/2012
-----	----------------------------	----------------------------

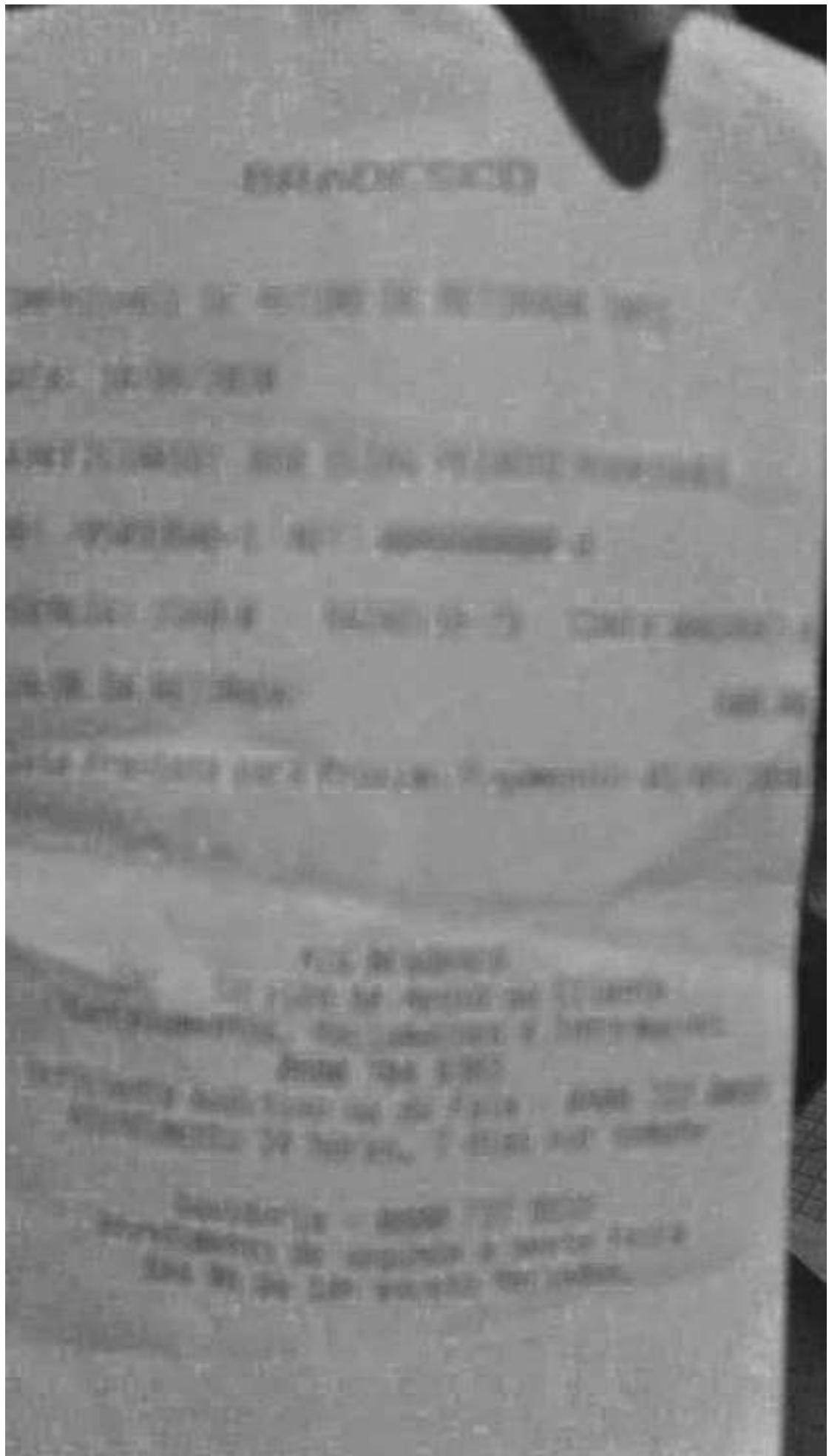
005	<u>T C ENGENHARIA LTDA</u>	16/08/2010 a 09/12/2010
-----	----------------------------	----------------------------

006	<u>MARCOLINO EDIFICACOES</u> <u>LTD</u> A	15/10/2009 a 01/02/2010
-----	--	----------------------------

007	<u>LUSA ENGENHARIA LTDA</u>	02/04/2007 a 00/00/0000
-----	-----------------------------	----------------------------

008	<u>JOAO VELOSO DA CRUZ</u> <u>GOUVEIA</u>	02/05/2003 a 00/00/0000
-----	--	----------------------------





Assinado eletronicamente por: VITORIA SANTOS DE ARAUJO - 18/09/2020 11:46:59
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091811465490800000032971941>
Número do documento: 20091811465490800000032971941

Num. 34481366 - Pág. 4

BRADESCO

CONTRATO DE CONTA DE CORRÉO

DATA: 22/09/2020

AGÊNCIA: 2348-2 FAZENDA 29 LARANJEIRAS

TELEFONE: 75902546-1111 2000-0000

AGÊNCIA: 2348-2 FAZENDA 29 LARANJEIRAS

VALOR DA RETAGADA: 100,00

DATA PRAZO PARA PAGAR FOLHOS: 01/10/2020

Atendimento:

SAC - Suporte ao Cliente e Clientes
Cancelamentos, Suspensões e Detalhamento

0800 764 8200

Deficiente Auditivo ou de Fala - 0800-777 2000
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana

Divisoria - 0800 70 9921

Atendimento de Segunda à sexta-feira
das 8h às 18h, exceto feriados



BRADESCO

COMPROVANTE DE RECEBIMENTO DE RETIRADA INSS

DATA: 30/07/2020

BENEFICIARIO: JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES

NBI: 705033546-1 NIT: 0000000000-0

AGÊNCIA: 2340-0 RAZÃO: 18-79 CONTA: 0866687-4

VALOR DA RETIRADA: 1.200,00

Data Prevista para Próximo Pagamento: 03/08/2020

Alo Bradesco
SAC - Serviço de Apoio ao Cliente
Cancelamentos, Reclamações e Informações
0800 704 8383
Deficiente Auditivo ou de Fala - 0800 722 0099
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana

Ouvidoria - 0800 727 9933
Atendimento de segunda a sexta-feira
das 8h às 18h exceto feriados.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



1º CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL / MANGABEIRA
Mangabeira, 1000 - Centro - João Pessoa - PB
Maria Valdilene Ferreira Lima
Márcia Valdilene Ferreira Lima
Márcia Valdilene Ferreira Lima

Estado da Paraíba
Câmara de João Pessoa

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
JOÃO FLORÍCIO DA NOSSA - MANGABEIRA
Maria Valdilene Ferreira Lima

Julia Ferreira
Ana Valdilene Ferreira Lima

CERTIDÃO DE CASAMENTO

O Escritório de 2º Ofício, Despacho do Registro Civil da Câmara de
João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba em virtude da Lei n.º

CERTIFICO que, a dia 03 de Junho de 1971 - 07 - de
1971, no Casamento desse casal, foi lavrado o número 1.708 e o casamento
dos noivos JOÃO ALBERTO PEREIRA DA SIEVA e MARIA VALDILENE FERREIRA DA SIEVA,
que fizeram a adesão o nome de MARIA VALDILENE DA SIEVA RODRIGUES.

Constado perante testemunhas idóneas e celebrado pelo casal, júri de testemunhas, no Juizado da
Justiça, Zona de Pernambuco, Distrito de Mangabeira.
Julia Ferreira, testemunha particular de baptismo.

O casamento é solene, público e vigente,
nascido no vinte de julho de mil novecentos
e setenta e três, (20-07-73), Em João Pessoa-Pb.

Constado e testemunhado neste Distrito.

do. JOÃO ALBERTO PEREIRA DA SIEVA e da MARIA VALDILENE FERREIRA DA SIEVA.

A comunidade é solene, público e da lar,
nascido no vinte e um de agosto de mil novecentos
e setenta e três, (21-08-73), Em J. Pessoa-Pb.

Constado e testemunhado neste Distrito.

do. JOÃO ALBERTO PEREIRA DA SIEVA e da MARIA VALDILENE FERREIRA DA SIEVA.

Constado e testemunhado que, de acordo com o artigo 5º, nº 1º, II, do Código Civil Brasileiro
o solenidade e medida e dia 03

Julho de 1974

Maria Valdilene Ferreira Lima
Oficial do Registro Civil



Poder Judiciário da Paraíba
14ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0842538-82.2020.8.15.2001

DESPACHO

Vistos etc.

RECEBO a inicial, concedendo ainda **JUSTIÇA GRATUITA** a parte promovente.

Contudo, no que se refere à fase conciliatória, tem-se que as estatísticas revelam índice 0% de acordos celebrados nas audiências de mera tentativa de conciliação, realizadas nas ações do seguro DPVAT, nas quais as partes em, 100% das audiências, apenas transigem, após a realização de exame médico na pessoa do segurado, atestando e graduando a lesão ensejadora da indenização securitária. Aliás, em muitos casos, as partes recusam a transação, mesmo após a realização do exame pericial.

Destarte, a par do contexto acima traçado, o cumprimento do art. 334 do CPC/2015 mostra-se uma formalismo processual comprovadamente inútil. Além do mais, em razão do monumental volume de serviço e a ordem cronológica no cumprimento dos despachos judiciais, a escrivania desta vara



Assinado eletronicamente por: ALEXANDRE TARGINO GOMES FALCAO - 20/11/2020 16:55:51
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20112016555071800000035216428>
Número do documento: 20112016555071800000035216428

Num. 36897769 - Pág. 1

ainda levaria meses para realizar o agendamento da referida audiência na pauta do CEJUSC, razão pela qual sua designação ocasionaria um prejuízo ainda mais grave para as partes e para a marcha processual.

Sendo assim, em obediência ao princípio da razoável duração do processo, tal como determina o art. 139, II, do CPC, considerando que não há nulidade sem prejuízo, excepcionalmente **DEIXO** de designar a audiência prévia nestes autos, para ordenar, desde logo a citação da promovida.

Portanto, **CITE-SE** a parte demandada para contestar a ação em 15 dias, a contar na forma do art. 231 do CPC, sob pena de revelia.

João Pessoa, data da assinatura digital.

Alexandre Targino Gomes Falcão

Juiz de Direito



EM ANEXO



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 15/01/2021 15:19:14
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011515191354100000036654285>
Número do documento: 21011515191354100000036654285

Num. 38437605 - Pág. 1



Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Rationalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

www.pje.rjpb.jus.br:80/pje/Protocolo/ConsultarProtocolo/ProtocoloView.seam?x=21011515191448100000036654286

33.3.0028479-6

Tipo de Ata:

Sociedade anônima

Português

Normal

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Último Arquivamento:

00003133303 - 18/12/2017

NIRE: 00.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Órgão	Calculado	Pago
2018	570,00	570,00
2017	21,00	21,00

Numero(s): 10250004

Hash: ECCC2023-0710-#232-0033-7CC98430A204



REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ata	Código Evento	Qtd.	Descrição do ato / Descrição do evento
017	959	1	Ata de Reunião do Conselho de Administração / Ata de Reunião do Conselho de Administração
	1001	XXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
	1002	XXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
	1003	XXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
	1004	XXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
	1005	XXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

<p>Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A NIRE: 00.3.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018 CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 16/01/2018 sob o NÚMERO 000031498059 e demais constâncias do lauro de assentação. Autenticação: FD50743867A48220C44E36A70C5E789FD4C2888740F233E196AF0A88E1706 Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/ciaaceseadigital. Informe o nº de protocolo. Pág. 1/13</p>	
--	--



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Mauricio Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabela Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) JOSÉ ISMAR ALVES TÓRRES, brasileiro, casado, seguritário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) HELIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas.

Página 1 de 3

Justa Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

Expresso: REGISTRA DA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6. Fólder/protocolo: 00-20187017733-5. Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 3/01/2018 sob o Número: 00003140025 e anexo o documento no termo de autenticação.

Autenticação: FD69783867A68225CF1E4B5EAPAD0E5C7BFF05C768740F333E196A7B80E1768

Para validar o documento acesse: <http://www.judex.jus.br/2018/01/03/00003140025/validacao/validacaoDigital/>, informe o nº de protocolo. Pág. 1/13



Companhia; e (c) CRISTIANE FERREIRA DA SILVA, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incorso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (II) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (I) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, ratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tórres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellaria	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº. 9.613, de 3 de março de 1998 (Circular SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas.

Página 2 de 3



Juizado Especial do Estado do Rio de Janeiro
Seguradora LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
RNIH: 333.0028478-6. Protocolo: 09-2018-017173-4. Data de protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO DE ARQUITETO(A) - nº: 301/0172018. SOB o NOME: SUELI MOREIRA TORRES
Autenticação: F05974365FA4E220C7045065CE8F970C7E8740F233E496A7A70C178
Para validar o documento acesse <http://www.judejorj.tjpb.jus.br:8080/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011515191448100000036654286>. Informe o nº do protocolo. Pág. 2/13



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalla Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nícolas Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2013


Roberto Barroso

Roberto Garroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Estudante

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A., realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas.
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro:
Empresa: SEGUROADORA LIDER DOS COMBOS/2020 DO SEGURO DÉFAT 9/8
NIRE: 333.00284794-6. Fato ocorreu 00-2016/0171314 DATA DO PROTOCOLO: 26/01/2018
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 com o Número: 00003149051 + (Maxis consolidação do caso) de autenticação.
Autenticação: FUEST4386FA48120C0D645157A055C87BF05C7857409723849967A8001708



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÓRRRES, brasileiro, casado, seguritário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TÓRRRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE: 333.0028479-6 Pseudônimo: 09-2018/01776-4 Data do protocolo: 16/01/2018
CERTIFICO O ARQUITMAMONTO em 10/01/2018 sob o NÚMERO 30055149059 e DAMAS CONSISTENTE DE SEUZIO DE
autenticação.
Autenticação: F069143867A4627C97CE49065FAD25SECFSFT05C8874073328496AFDAA0C1F88
Para validar o documento acesse <http://www.jucef.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>. Informem o nº de protocolo: 2ag. 6/13.



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que/receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017



HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Endereço: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018-0171133-6 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICO O ARQUITAVAMENTO em 30/01/2018 sob o NÚMERO 00001248039 e ASSINO COMO ASSINTA DO TERMO DE
AUTENTICAÇÃO.
Autenticação: P059763887X48220CF024B18AF4AE55C789709C98740P2338A58AF1A80312B8
Para validar o documento, acesse: <http://www.judeia.rj.gov.br/secreto/consultadigital>, informe o nº. do protocolo, 26/01/2018





4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para maní-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10

Juiz: Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 33300284798

Protocolo: 0620183575185 - 27/08/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO:
Autenticação: 4BF9ADC8683B2947C81B477D795CBA11812475AE9208298B235403C76450695
Arquivamento: 00002858803 - 11/10/2016

Bernardo F. S. Ferreira
Secretário Geral



4295509

ARTIGO 8º – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo – A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro – Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto – As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto – Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º – A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro – Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo – O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro – As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 33300284796

Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C6688382047C81B477D790C8A11B12475AE820B296B235409C7545C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Assinado por: F.S. Serviços
Secretário Geral

2/11
Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

4996609

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 3 de 10

Juiz Comercial do Estado do Rio de Janeiro.
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 33300284796

Protocolo: 0020163575185 - 27/08/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 48F9A0C86833B2947C81B477D798CBA11B12475AE9208296B235403C7945C696

Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

bmv jmv
Bernardo S. Bierwanger
Secretário Geral



4996510

convocada.

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 – O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro – Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo – As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro – Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 – Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Acta das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Jurta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300264796

Protocolo: 0020162875185 - 27/05/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO

Autenticação: 4BF840C86883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7845C595

Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Bernardo F. S. Barreto
Secretário Geral



4996511

- g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balanços mensais;
- h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
- i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
- j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;
- k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
- l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;
- m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;
- n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;
- o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, estando como agente de modernização;
- p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradoras;
- q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;
- r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;
- s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;
- t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros;
- u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e
- v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

Árbitro Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 33900284796

Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 4BFRA0C8588382947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695

Arquivamento: 00002859803 - 11/10/2016


Sérgio H. S. Souza
Secretário Geral





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo Único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 6 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

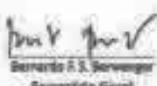
NIRE: 33300284798

Protocolo: 0020163375185 - 27/09/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 4BF8A0C86883E2947C81B477D798CBA11812475AE92082968238403C7845C695

Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4998513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstaciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e encriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 7 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 33300264796

Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2018

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2018, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 4BF940C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695

Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018

Bernardo F.S. Bernardo
Secretário Geral





4936514

- c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através de apresentação mensal de balanço econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;
- d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;
- e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;
- f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;
- g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alcada; e
- i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

- a) dois Diretores;
- b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;
- c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

- a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;
- b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 8 de 10

Jurta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Nire: 33300284796

Protocolo: 0020163575185 - 27/06/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: #DF940C8688382947C61B477D798CBA11812475AE9206298B235403C7645C685

Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Bernardo F.S. Bernardo
Secretário Geral



4595515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá inicio em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333/00284796

Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 4BF9ADC86883B2947C81B477D788CBA11B124754E9208286B235403C7645C885

Argulamento: 00062949803 - 11/10/2016

Romário F. S. Bernardo
Secretário Geral



0095516

de março de 1967.

13/11

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 – É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 – A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 – A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único – Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 – Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.”

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE SEGURODORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016
Página 10 de 10

Juris Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Nire: 33300284796

Protocolo: 0020163575185 - 27/06/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B2988235403C7B45C895
Arquivamento: 0C002998803 - 11/10/2016

Bernardo F.S. Fernandes
Secretário Geral



PROCURACÃO

Pelo presente instrumento particular de procura a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÓRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731, **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléa, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

JOSÉ ISMAR ALVES TORRES
DIRETOR PRESIDENTE

HELIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador das Seguradoras: AIG SEGUROS BRASIL S/A, ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A, ALFA SEGURADORA S/A, ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A, AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS, ANGELUS SEGUROS S/A, ARGO SEGUROS BRASIL S/A, ARUANA SEGUROS S/A, ASSURANT SEGURADORA S/A, ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS, AUSTRAL SEGURADORA S/A, AXA CORPORARTE SOLUTIONS SEGUROS S/A, AXA SEGUROS S/A, AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, BANESTES SEGUROS S/A, BMG SEGUROS S/A, BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS, BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS, BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, CAIXA SEGURADORA S/A, CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A, CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A, CHUBB SEGUROS BRASIL S/A, CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA, CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL, CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL, CIA EXCELSIOR DE SEGUROS, COMPREV SEGURADORA S/A, COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, ESSOR SEGUROS S/A, FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A, FATOR SEGURADORA S/A, GAZIN SEGUROS S/A, GENERALI BRASIL SEGUROS S/A, GENTE SEGURADORA S/A, ICATU SEGUROS S/A, INVESTPREV SEGURADORA S/A, INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A, ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A, J. MALUCELLI SEGURADORA S/A, MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, MAPFRE VIDA S/A, MBM SEGURADORA S/A, MG SEGUROS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A, MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A, OMINT SEGUROS S/A, PAN SEGUROS S/A, PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS, PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, POTTENCIAL SEGURADORA S/A, PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A, PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A, SABEMI SEGURADORA S/A, SAFRA SEGUROS GERAIS S/A, SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A, SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS, SOMPO SEGUROS S/A, STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S/A, SUHAI SEGUROS S/A, SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A, TOKIO MARINE SEGURADORA S/A, TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A, UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA, USEBENS SEGUROS S/A, VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS, XL SEGUROS BRASIL S/A, ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A, doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de manutenção

ento de mandado - OFPAT



anexo, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos Drs. **CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINA MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681, **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5800, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2018.



MARISTELLA DE FARIA MELO SANTOS
OAB/RJ 135.132





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08425388220208152001

AUSÊNCIA DE COBERTURA

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **05/08/2019**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **11/12/2019**.

Constata-se, pelos documentos acostados à exordial, que o veículo causador dos danos era de propriedade da própria vítima reclamante da indenização. Assim, o acidente narrado não possui cobertura pelo Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, vez que o autor proprietário do veículo encontrava-se inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório na ocasião do sinistro.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaoarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 15/01/2021 15:19:15
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011515191521300000036654287>
Número do documento: 21011515191521300000036654287

Num. 38437607 - Pág. 1

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidade do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidade parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidade do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DO MÉRITO

DA VALIDADE DO REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Verifica-se Nobre Magistrado que o boletim de ocorrência policial acostado aos autos, trata-se de mera certidão, a qual foi comunicada pelo próprio autor, documento este produzido unilateralmente, a conveniência do interessado, assim, não tem validade alguma para a presente lide.

Há de ser considerado que o boletim de ocorrência policial anexo aos autos, somente foi registrado apenas em 11/12/2019 após 4 MESES da data do alegado acidente noticiado.

Ademais, o boletim de ocorrência policial foi relatado pelo próprio autor a sua conveniência, sem testemunhas, e sem a presença da autoridade competente no local.

Em análise ao presente feito, verifica-se com estranheza que não foi apresentado Boletim de Ocorrência da data do sinistro supostamente ocorrido em 05/08/2019, não podendo ser considerado o registro de ocorrência policial apresentado como prova cabal do acidente noticiado nesta demanda.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



Destarte, cabe alertar ao Nobre Julgador que, além de não ter sido apresentado o Registro de ocorrência da época do acidente, o comunicante CONVENIENTEMENTE É A VÍTIMA E AUTOR da presente lide o que causa grande espanto!

Ressalta-se ainda o fato de que além de a vítima ser comunicante do suposto acidente, foi elaborado através dos fatos narrados pelo mesmo de forma unilateral, sem que nenhuma testemunha ou outro vitimado prestassem depoimento.

Não há justificativa para delonga tão grande, qualquer parente, amigo do autor, poderia ter comunicado o acidente a época do sinistro na delegacia competente.

No caso em apreço, exigir da ré o pagamento da indenização sem a existência de comprovação da veracidade do acidente, descharacteriza a atividade definida como seguro. Essa prova documental incumbe à parte Autoral, em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do NCPC/15.

Desta forma a Ré requer a IMPROCEDENCIA TOTAL do pedido inicial, com fulcro nos artigos 487, I, do NCPC/15.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Contudo, é cristalino que a parte autora não preenche os requisitos necessários para ser indenizada, em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT. Assim, não há em que se cogitar cobertura securitária para o caso concreto, conforme Resolução 332/2015, em seu art. 17, §2º.

³“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - **Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.**” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG , Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



Conforme consulta pública pelo site da seguradora, não consta pagamento relativo ao exercício do ano do sinistro:

Sua busca por placa: MOM2966 UF: PB CATEGORIA: 09*

	Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento
+	2014	R\$292,01	Quitado	
+	2013	R\$292,01	Quitado	
+	2012	R\$279,27	Quitado	
+	2011	R\$279,27	Quitado	
+	2010	R\$255,14	Quitado	
+	2009	R\$255,14	Quitado	
+	2008	R\$255,13	Quitado	
+	2007	R\$184,21	Quitado	

(*) Motocicleta

[Voltar](#)

[Imprimir](#)

Como qualquer outro seguro, o DPVAT é um contrato aleatório, onde a seguradora, mediante uma contraprestação pecuniária, assume a responsabilidade de indenizar o segurado na hipótese de ocorrido o sinistro.

Por certo, o inadimplemento por parte dos proprietários de veículos, gera um desequilíbrio no provisionamento, ao passo que a seguradora não recebeu o pagamento que lhe era devido. Assim, a ausência de quitação do prêmio, inviabiliza a manutenção regular do contrato, ensejando um aumento nos valores do prêmio, a fim de harmonizar o balanço atuarial da seguradora, onerando os demais proprietários.

Ademais, se deve frisar o caráter social do Seguro DPVAT, evidenciado pela destinação do prêmio pago pelos proprietários de veículos automotores. Digno de destaque, que o valor pago a título de prêmio é rateado de forma que 45% dos valores arrecadados são direcionados ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, para custeio de tratamento de vítimas de acidente na rede pública, no Sistema Único de Saúde-SUS e 5% são destinados aos programas educativos que buscam prevenir a ocorrência de novos acidentes, através do DENATRAN.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Conforme antedito, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaoarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 15/01/2021 15:19:15
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011515191521300000036654287>
Número do documento: 21011515191521300000036654287

Num. 38437607 - Pág. 4

Assim, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça buscou, tão somente, resguardar o direito de terceiros quando não realizado o pagamento do prêmio pelo causador do sinistro.

Portanto, feita a devida análise nos precedentes da súmula 257, STJ, quais sejam: REsp 200838/GO; REsp 67763/RJ; e REsp 144583/SP, temos que a mesma trata de situações jurídicas distintas, quando confrontado ao teor Resolução 273/2012 do CNSP, conforme quadro comparativo que segue:

RESOLUÇÃO 273 /2012 DO CNSP	SÚMULA 257, STJ
Exclui da cobertura a vítima, quando esta for proprietária do veículo causador do acidente, estando este inadimplente.	Garante o recebimento do seguro a TERCEIROS vítimas de sinistro causado por proprietário de veículo inadimplente.

Consigne-se, por oportuno, que a interpretação que deve ser dada à Súmula 257, STJ, corroborando com a exegese do art.7º, §1º da Lei 6.194/74^x, garante à seguradora consorciada o direito de regresso em face do proprietário inadimplente em caso de eventuais valores que se desembolsem com as vitimas de sinistros quando o evento for causado por proprietários inadimplentes.

Ora, se o §1º do art. 7º da Lei 6.194/74 prevê o direito de regresso em face do proprietário inadimplente, e houvesse condenação da Seguradora em indenizar o referido proprietário, a parte autora figuraria tanto como credora, como devedora dos valores indenizatórios. Deste modo, forçoso aplicar o instituto da compensação e a consequente extinção das obrigações, de acordo com o Art. 368 do Código Civil.

Trazemos a colação o entendimento da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no julgamento da apelação cível Nº 1.658.910-1, no qual a Câmara entendeu concordou com o i. Relator o qual ressaltou a importância dos princípios de celeridade e economia processual, no sentido de que não faz sentido a Lei prever o direito de regresso à Seguradora quando a ocorrência de proprietário inadimplente e condena-la a realizar o pagamento do seguro, vejamos trecho do julgado:

“Tal entendimento também já tinha sido exposto, mesmo que indiretamente, na Lei 8.441/92, que alterou a Lei 6.194/74, passando a prever o direito de regresso da seguradora em face do proprietário inadimplente em seu art. 7º, §1º, [...]”

Ora, se a seguradora possui direito de regresso dos valores despendidos com a vítima em face do proprietário inadimplente, por decorrência lógica, quando o proprietário inadimplente também figurar como vítima, não há o que se falar em indenização, caso contrário este seria credor e devedor da mesma obrigação, configurando o instituto da confusão, devendo a obrigação ser extinta, nos termos do art. 381, CC.

Também não há como defender a tese de que a indenização é devida pois caput do artigo obriga o pagamento, enquanto seu parágrafo primeiro facilita o direito de regresso, haja vista os princípios de celeridade e economia processual, que visam a obtenção do máximo rendimento da lei com o mínimo de atos processuais, não sendo razoável condenar alguém em face de outra pessoa, a qual detenha o direito de regresso.

[...]

Diante do exposto, dou provimento ao apelo, para reformar a sentença e julgar improcedente a lide, condenando o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 15% sobre o valor da causa.



ACORDAM os Desembargadores da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento ao apelo, nos termos do voto do relator.

Nesta esteira trazemos os seguintes arrestos:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) –SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA – NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO PRÊMIO – VÍTIMA QUE É A PROPRIETÁRIA DO VEÍCULO ENVOLVIDO NO SINISTRO – INADIMPLÊNCIA VERIFICADA – INDENIZAÇÃO INDEVIDA – INTERPRETAÇÃO DA SÚMULA 257 DO STJ EM CONFORMIDADE COM AS DEMAIS DISPOSIÇÕES VIGENTES ACERCA DA MATÉRIA – EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO – IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS – INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL. RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

(TJPR - 8ª C.Cível - 0018643-27.2016.8.16.0130 - Paranavaí - Rel.: Juiz Alexandre Barbosa Fabiani - J. 06.09.2018)

Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro obrigatório DPVAT. Dever de indenizar. Vítima proprietária do veículo. Inadimplência do prêmio do seguro obrigatório à época do sinistro. Indenização indevida. Inaplicabilidade da Súmula 257 do STJ. Instituto da confusão configurado. Inteligência do art. 381 do Código Civil. Extinção da obrigação. Ônus de sucumbência. Readequação. Recurso provido.

1. Art. 17. §2º Resolução SUSEP 332/2015: “Se o proprietário do veículo causador do sinistro não estiver com o prêmio do Seguro DPVAT pago no próprio exercício civil, e a ocorrência do sinistro for posterior ao vencimento do Seguro DPVAT, não terá direito à indenização.”

2. Art. 381 do Código Civil: “Extingue-se a obrigação, desde que na mesma pessoa se confundam as qualidades de credor e devedor.

3. Com o provimento do recurso de apelação em relação ao mérito, deve ser readequado o ônus de sucumbência.

(TJPR - 8ª C.Cível - 0004500-96.2017.8.16.0130 - Paranavaí - Rel.: Desembargador Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima - J. 08.11.2018)

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral⁴.

⁴RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020

www.joaoabarbosaadvass.com.br



No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima⁵.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios⁶, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUVE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁵Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

⁶“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO. Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º,VIII, da Lei nº 8078/90. 3. Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).



DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁷.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁸.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar máximo de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e horários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial,

⁷“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁸art.

^{1º}

(...)

^{92º} Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Para fins do expresso no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 29 de dezembro de 2020.

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 15/01/2021 15:19:15
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011515191521300000036654287>
Número do documento: 21011515191521300000036654287

Num. 38437607 - Pág. 9

QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a graduação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.



TABELA DE GRAADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatómica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores					
Perda anatómica e/ou funcional completa de ambos os braços ou de ambos os pés					
Perda anatómica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal unilateral	R\$ 13.560,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Lesões neurológicas que cursam com: (a) dano cognitivo-comportamental acentuado; (b) impedimento do ato de orientação espacial; (c) perda completa de controle esfíncteriano; (d) comprometimento da função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas órbito-faciais, ósseas, laringeais, abdominais, pélvicas ou retro-pélvicas cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem urológica, respiratória, cardiorrespiratória, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento da função vital					
Perda anatómica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatómica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatómica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (audição completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos braços; cotovelos, punhos ou dedo polegar					
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	R\$ 3.205,00	R\$ 2.403,75	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral (cervical e lombar)					
Perda anatómica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão					
Perda anatómica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	R\$ 1.250,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 137,50
Perda integral (retirada cirúrgica) da baba					

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINA MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o nº 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES**, em curso perante a **14ª VARA CÍVEL** da comarca de **JOAO PESSOA**, nos autos do Processo nº 08425388220208152001.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINA MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: **SUELIO MOREIRA TORRES** - 15/01/2021 15:19:15
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011515191521300000036654287>
Número do documento: 21011515191521300000036654287

Num. 38437607 - Pág. 12

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JUNTADOS NA CONTESTAÇÃO.



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 28/01/2021 11:50:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21012811501763200000037026517>
Número do documento: 21012811501763200000037026517

Num. 38837426 - Pág. 1